


Artigos Originais**VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA****Original Articles****VIOLENCE AND EDUCATION: A NECESSARY REFLECTION**

Marília Borges Diogo*

<http://lattes.cnpq.br/4374697105973188>mariliaborgesdiogo@hotmail.com

Célia Maria David**

<http://lattes.cnpq.br/2357288415811131>cmdavid48@gmail.com

CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)    

RESUMO

Este artigo trata da violência na escola. A violência não é um fenômeno novo. Ao contrário, esteve sempre presente em nossa sociedade desde os primórdios da história. Porém, as relações sociais às quais nos condicionamos com o sistema de exploração capitalista evidenciam ainda mais essa violência e, aparecendo de diferentes formas, causam impacto nos noticiários e adentram o imaginário das pessoas de forma que estas passam a viver com medo da violência: o Estado, assim, é cobrado a atacá-la de alguma forma. No entanto, não percebemos nenhuma política social com a intenção de extinguir a violência, apenas ações focalizadas, típicas do neoliberalismo, que atacam as aparências e não a causa. Para nos percebermos como seres humanos capazes e criarmos um ambiente mais seguro, é preciso uma educação nova, capaz de levar o homem a pensar e agir em busca de uma sociedade mais emancipada. Uma educação que trabalhe as relações interpessoais, na intenção de fortalecer a relação escola-família-comunidade.

Palavras-chave: violência. educação. violência na escola. *bullying*.

* Mestranda em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Franca. Bolsista CAPES. Integrante do GEPESS e do Grupo de Pesquisa “Políticas públicas e democratização do ensino no Brasil: a implementação das propostas educacionais: mudanças e permanências”.

** Livre Docente do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Franca. Docente e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma unidade. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Políticas públicas e democratização do ensino no Brasil: a implementação das propostas educacionais: mudanças e permanências”. Atualmente ocupa o cargo de Diretora da FCHS – UNESP/Franca.

ABSTRACT

This article discusses violence in school. Violence is not a new phenomenon, but has always been present in our society since the dawn of history. Though, the social relations that have conditioned us to the capitalist exploitation system highlight even more this violence, which appears in different ways, causing impact on the news and into the people imaginary so that they begin to live in fear of this violence: then, the State is required to attack the violence somehow. However, we can not perceive any social policy, with the intent to extinguish the violence, but only targeted actions, typical of neoliberalism, which attack appearances and not the cause. To realize ourselves as capable human beings and create a safer environment, a new education is needed, and it has to be able to lead humans to think and act in pursuit of an emancipated society, an education that works with interpersonal relationships, intending to fortify school-family-community relations.

Keywords: violence. education. violence at school. *bullying*.

INTRODUÇÃO

A violência é uma das expressões da questão social que entremeia a atual sociabilidade. Apesar desta violência não ser inerente ao sistema social contemporâneo, a exploração própria desse sistema desgasta as relações humanas e sociais, evidenciando as muitas formas de violência que invadem todas as instâncias da sociedade.

A violência é uma questão enraizada em nossa sociedade, e vem sendo discutida por muitos teóricos ao longo dos anos. O debate sobre esta se tornou um assunto relevante e bastante presente na mídia atualmente.

Essa violência invade todas as instâncias sociais, desde nossos domicílios, até parques, lojas, praças e escolas. Todo e qualquer lugar é suscetível às diversas formas de violência, que incluem desde a violência física, que é mais visível, até a violência psicológica e simbólica.

Uma das instâncias da vida social, onde se materializa a violência, são as unidades educacionais, e mesmo o sistema educacional como um todo. Por isso, nesse artigo trataremos dos diversos conceitos do termo violência, trazendo uma breve contextualização da educação brasileira, enfatizando como o fenômeno da violência se materializa dentro do universo escolar em suas mais variadas formas.

Para alcançar o objetivo da pesquisa partiu-se de uma apreensão do material bibliográfico e documental existente sobre essa temática, pois esse primeiro momento permite compreender melhor o objeto a ser estudado e traçar seu percurso histórico.

Segundo Gil (1994), a pesquisa bibliográfica permite uma apreensão mais ampla sobre o tema, e é uma técnica de pesquisa utilizada em quase todos os processos de pesquisa exploratória, apesar das muitas vantagens a pesquisa bibliográfica pode ser comprometida, pois os dados analisados são fontes secundárias e muitas vezes podem estar interpretadas equivocadamente. Não existem regras fixas para a realização da pesquisa bibliográfica, já a pesquisa documental, também utilizada aqui, se assemelha à primeira, a principal diferença se deve a natureza das fontes, a pesquisa documental se utiliza de documentos que ainda não sofreram nenhum tratamento analítico, são consideradas fontes primárias.

CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA

O termo violência é carregado de diversos conceitos, por isso vamos esclarecer alguns desses. De acordo com Pinheiro e Almeida (2003), epistemologicamente falando, a palavra “[...] ‘violência’ provém do latim *violentia*, que significa ‘veemência’, ‘impetuosidade’, e deriva da raiz latina *vis*, ‘força’.”

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como:

[...] o uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002).

Segundo Ferrari (2002), violência implica a perda da autonomia, a privação da vontade própria de uma pessoa que fica dominada ou subjugada por outra, ao desejo e à vontade desta outra.

Odália (1985) defende a ideia de que a violência é uma das circunstâncias básicas para a sobrevivência do ser humano. Portanto, não se pode dizer que a violência é uma particularidade dos tempos atuais, pois o viver em sociedade sempre foi um viver violento. Todavia, segundo a referida autora, a violência do

homem contemporâneo é diferenciada, pois deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma, modo de ver e de viver o mundo do homem.

A violência do homem contemporâneo é uma forma de ataque e também de defesa, pois é através da violência que o homem tenta se defender das imposições do sistema de produção em que vivemos.

A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para tratarmos sobre as manifestações da violência na educação e na escola, precisamos primeiro compreender de qual educação estamos falando.

Num sentido amplo educação, é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do indivíduo, para sua melhor integração individual e social.

Martins (2012, p. 77) cita o que é educação para Gramsci, segundo a autora para este estudioso a educação é fundamental para a manutenção do sistema de crenças, podendo legitimar a hegemonia de uma classe sobre a outra, no entanto, essa também pode ser usada como um instrumento a favor da elevação do nível cultural das massas.

Gramsci acreditava que a educação deveria ser conduzida, além do conhecimento das ciências e das técnicas produtivas, com o intuito de fornecer meios para reflexão crítica do indivíduo a respeito das forças sociais que o envolvem. Vista dessa maneira, a educação atingiria seu ápice no ponto em que sua função seria instrumentalizar o indivíduo para o exercício de sua cidadania, capacitando-o para entender-se, não como espectador ou objeto de manipulação, mas como partícipe dos fenômenos sociais e com o poder de deliberar sobre eles.

O Brasil tem um histórico de autoritarismo e violência intrínseco desde a colonização, e a educação vem servindo durante todos esses anos para perpetuar a autoridade do Estado. Desde a colonização com a educação jesuítica, esta fora usada para violentar a cultura dos índios que aqui viviam, e colonizá-los, ensinando, impondo uma cultura estrangeira.

Ao analisarmos a história da educação, percebemos que essa sempre esteve ligada a algum interesse do Estado, e sempre fora oferecida de forma dicotômica,

uma educação para elite e outra para as camadas populares, essa última tinha o objetivo de ensinar trabalhos manuais, formando para o trabalho.

A partir da Constituição (BRASIL, 1988), a educação se torna um direito social, porém transformá-la em um direito no papel, não resolveu todas as diversas questões que envolvem a Educação. Tivemos muitos avanços como a universalização do ensino, com um conseqüente aumento no número de vagas. Porém o que se ganha com a universalização é somente esse aumento no número de vagas, em nenhum cuidado para a manutenção da qualidade desta.

Apesar de se tratar de uma conquista democrática a política educacional brasileira vem sendo implantada de forma extremamente autoritária pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir, mas se reveste, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência, a partir do desenvolvimento de programas assistenciais, incentivo à contratação de crédito e forte transferência de recursos do fundo público para a burguesia educacional. Ações que soam para muitos como “mudanças históricas” na educação brasileira e que incidem sobre a ampliação das possibilidades para a operacionalização técnica de programas assistenciais e difusão ideológica dos paradigmas que sustentam a ideia de educação “inclusiva” e “cidadã”.

A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. (ALMEIDA, N. L. T., 2011, online).

Apesar dos grandes avanços, percebemos uma ação maquiavélica do Estado, pois esses avanços se deram na verdade muito mais por pressões internacionais, e para cumprir um viés mercadológico, formando técnicos, ou seja, o Estado busca atender através da Política de Educação às demandas do grande capital por mão de obra qualificada. E o pressuposto de uma educação voltada para a cidadania fica a desejar.

Segundo Almeida (2011, online), as transformações na esfera da produção impõem dois desafios centrais para a educação:

[...] a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade.

A educação gerida pelo Estado e fornecida aos jovens é tecnicista e reprodutora da sociedade atual, voltada para a formação de mão-de-obra especializada e manutenção do capital. Com isso, a educação deixa de cumprir sua principal função social que é a formação de cidadãos críticos, em um processo político emancipatório.

Rumo ao tecnicismo absoluto, são lançados anualmente no mercado de trabalho milhares de técnicos para serem consumidos e oprimidos pelos grandes sistemas de produção. São milhares de trabalhadores alienados, sem consciência histórica que apenas reproduzem a sociedade.

O tecnicismo privilegia em seu veio as funções de planejamento, organização, direção e controle. No que se refere ao planejamento pedagógico e cênico que este fica submetido ao setor administrativo, onde os professores neste ínterim funcionam como simples executores. Essa tendência tecnicista em educação é resultante da tentativa de aplicar na escola os moldes empresariais com base na racionalização do próprio sistema capitalista. (PAULO NETTO, 2001, p. 107).

Essa realidade escolar torna os professores meros instrutores, responsáveis por repassar informação. A intensa rotatividade e qualificação técnica exigida desses profissionais os tornam a cada dia mais alienados passando informações

absolutamente técnicas, sem fundamento histórico ou crítico, aumentando a marginalização social.

“Não Le nem vê: apenas reproduz.
Escola sem conhecimento, oca e sem luz
“Consciência? Onde foi que eu te pus?”
Do sistema, mera marionete, mero boneco.
Escola sem autonomia: capacho, caneco.
“Politização? O que e exatamente esse treco?”
Acomodado ao regime, saco de pancada.
Escola a-crítica: alienação e marmelada.
“Discernimento? Não teria outra morada?”
(SILVA, 1998, p. 34).

Essa educação, tecnicista, a-crítica, que apenas reproduz, sem questionar, gera um acirramento das relações de exploração que vivemos cotidianamente. Isso é materializado nas escolas em forma de violência, exclusão, marginalização, rebeldia, obrigando o Estado a tomar atitudes que ataquem as consequências, sem questionar as causas. Essas ações tendem a ser focalizadas e a culpabilizar o indivíduo pela condição social em que se encontra. Os desafios que vivem no cotidiano são refletidos no ambiente escolar e os profissionais da educação tem se visto na obrigação de lidar com essas demandas.

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A violência está presente no sistema educacional desde o período colonial, na educação jesuítica. Essa violência era normatizada e se dava em forma de repressões e punições às indisciplinas na sala de aula. A educação no Brasil tem um histórico em que a disciplina sempre esteve ligada à qualidade da educação: por muitos anos, os castigos físicos foram aceitos como forma de punir essa indisciplina.

Segundo Ariès (1973), nos séculos XVIII e XIX a disciplina e o estudo oferecido pelas escolas eram considerados essenciais para a ascensão social. Também a escola usufruía de regras bem explícitas, baseadas em um sentimento da moral inquestionável. Ao menos pela grande maioria das pessoas, naquela época as práticas pedagógicas eram planejadas a partir do objetivo que perpetuasse essa moral.

Foucault (1987) afirma que modelos institucionais que limitam demasiadamente a criança, inibindo e modelando excessivamente seus comportamentos espontâneos, demonstram não suportar as exigências do seu processo de desenvolvimento. Já Guimarães atenta para a relevância da escola quando cita que:

[...] a instituição escolar não pode ser vista apenas como reprodutora das experiências de opressão de violência, de conflitos, advindos do plano macroestrutural. É importante argumentar que apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também reproduzem sua própria violência e indisciplina. (GUIMARÃES, 1990, p. 17).

Apesar das leis terem acabado com os castigos físicos, a disciplina rígida ainda é cobrada dentro das unidades escolares, mas esta vem perdendo espaço quando vemos descortinar as muitas violências presentes nas escolas.

A violência na escola, tanto deriva da violência social, como de ações que surgem do ambiente pedagógico, pois vivemos numa sociedade que exerce sobre nós o poder de dominação e opressão.

A escola é uma instituição direcionada ao ensino que, como outras, é um importante espaço de socialização, possibilita o encontro de díspares culturas e com tendências à busca e a experimentação, facilita o confronto com a autoridade do saber, o que implica poder e domínio. (MEDEIROS, 2006, p. 15).

No Brasil, tem-se como consenso que a violência é difusa por toda a sociedade civil e que refletiu nas escolas, ambiente considerado espaço privilegiado de socialização, mas que funciona como uma espécie de caixa de ressonância das turbulências sociais que ocorrem nos diferentes meios de onde procedem (PINO, 2007).

Podemos considerar os anos 1990 como um momento de transformações no padrão da violência nas escolas públicas, englobando atos de vandalismo, práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público estudantil.

A partir desse momento, a violência nas escolas foi considerada questão de segurança, com grande número de iniciativas preocupadas em reduzi-la, mas que fez arrefecer propostas de teor educativo.

Há consenso entre os diversos autores de que a violência na escola é um tema cotidiano e recorrente, que prejudica a interação entre os principais sujeitos da comunidade escolar (direção, professores, alunos e funcionários) e produz reflexos negativos no ambiente de aprendizagem.

A violência escolar é uma das expressões da questão social que invade as instituições escolares e gera uma demanda social, que as escolas não estão preparadas para enfrentar.

A violência escolar não é um fenômeno novo, porém vem aumentando exponencialmente. Pois os alunos refletem nas escolas as frustrações da realidade social em que vivem. Existem varias violências que podemos encontrar no ambiente escolar: a violência doméstica (praticada pela família contra a criança), a violência física (brigas e empurrões), as incivildades (humilhações e grosserias), a violência contra o patrimônio (vandalismo), e a violência simbólica.

A violência simbólica é mais difícil de ser percebida. É exercida muitas vezes de forma sutil, sem necessariamente ser vista como violência por quem a sofre, ou seja, quando a vítima não se dá conta de sua impotência frente a poderes, nem exerce sua capacidade de crítica em relação a tal dinâmica. Por exemplo, a violência simbólica é exercida pela sociedade, por falta de encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho, por vedar as oportunidades para que se desenvolvam sua criatividade e atividades de lazer. Acontece também quando a escola impõe conteúdos destituídos de interesse ou quando os professores não se esforçam pela qualidade de suas aulas e não respeitam seus alunos desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento. Refere-se também a violência sofrida por professores quando são agredidos em seu trabalho e em sua identidade profissional, pelo desinteresse e indiferença dos alunos. (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p.79).

Violência simbólica é um conceito elaborado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, apresentado na obra “A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino”, escrito por Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982). Esse conceito trata da coação social exercida por certas instâncias sociais que naturalizam certas relações de poder e de coerção, fazendo com que os sujeitos entendam aquela violência como normal, aceitando a ideologia da classe dominante como a única verdadeira. A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apóia o exercício da autoridade. Bourdieu (1982)

considera que a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de trabalho e de avaliação), própria à classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares.

O sistema capitalista vende a falsa ideia de igualdade de oportunidades, porém Bourdieu entende essa ideologia como uma violência, já que a educação como está posta é alienante, visando formar apenas mão-de-obra, massa de manobra para o capital, e não indivíduos pensantes, completos, capazes de raciocinar para além do sistema imposto.

A educação brasileira passou por uma universalização. No entanto, o sucesso escolar é condicionado à origem social do aluno, já que essa pressupõe algumas instruções básicas oferecidas pela família. O termo violência simbólica aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas linguísticas e outras.

A violência simbólica assume diversas formas no universo escolar, pois a percepção do aluno acerca da escola e causa muita revolta. Os alunos sentem-se excluídos, e verdadeiramente o são, já que nunca são questionados sobre suas necessidades, sendo obrigados a seguir regras que lhes são impostas, às vezes de forma brutal, com abuso de autoridade. Isso muitas vezes causa revolta contra funcionários, outros alunos e até mesmo contra o patrimônio escolar, como forma de questionar as regras e exigir mudanças.

Para rompermos com esse sistema de opressão e oferecermos uma sociedade melhor para as crianças e adolescentes do nosso país, uma grande transformação no sistema educacional brasileiro é necessária.

Apesar de essas mudanças na educação serem um processo lento, o advento de uma educação dialética, voltada para as camadas mais populares da sociedade, é uma oportunidade para que os alunos desenvolvam uma mudança de pensamento, rompendo com a alienação, alcançando uma visão crítica-dialética da sociedade. Essa educação pode ser emancipadora e formar cidadãos mais éticos, críticos e conscientes de suas atitudes, e quiçá assim diminuiríamos, gradativamente, os altos índices de violência na escola. Afinal,

[...] a prevenção e erradicação das violências nas escolas exigem relacionar conhecimento sensível, ético, valorização do jovem, criação de um clima agradável e participativo, com conhecimento especializado e transdisciplinar, bem como análise sobre segurança pública, segurança escolar. (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 73).

A educação que é necessária é uma educação de conquistas, de liberdade e autonomia para tornar o indivíduo competente para resolver as dificuldades reais do dia-dia. Formar homens sujeitos ativos. Educar para a compreensão, tanto a compreensão da realidade, sem máscaras, maquiagens ou ideologias, como a compreensão do ser humano e compreensão do outro, para que possamos viver harmoniosamente, apesar da adversidade da vida. Com uma educação assim seria possível proporcionar muitas oportunidades à sociedade, e dar início a uma transformação social. No entanto, para atingirmos este modelo educacional precisamos de bons profissionais engajados no campo sócio-educativo.

O FENÔMENO *BULLYING*

Em ascensão e com grande visibilidade através dos meios de comunicação, internet e redes sociais, o *bullying*, palavra de origem inglesa, descreve atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupos com o objetivo de intimidar ou agredir outro. O termo *bullying* vem de *bully*, que em inglês significa valentão. Porém, a palavra *bullying* não tem um significado exato em português: no Brasil é traduzida como o ato de bulir, mexer, tocar, bater, soquear, zombar, caçoar, tripudiar, ridicularizar, colocar apelidos jocosos, colocar em dúvida a masculinidade ou feminilidade da vítima são as práticas mais comuns.

Embora atualmente visto como um novo fenômeno decorrente da violência principalmente no espaço educacional, o *bullying* ocorre, decorre e é reproduzido devido as expressões da questão social que equiparam a violência: é uma afirmação de poder através de agressão.

Bullying não está relacionado a raiva. Não é um conflito a ser resolvido, tem a ver com desprezo, um forte sentimento de desgostar de alguém considerado como sem valor, inferior ou não merecedor de respeito. Este desprezo vem acompanhado por três aparentes

vantagens psicológicas que permitem que se machuque os outros sem sentir empatia, compaixão ou vergonha: -um sentimento de poder, de que se tem o direito de ferir ou controlar outros; uma intolerância à diferença; e uma liberdade de excluir, barrar, isolar e segregar outros. (FANTE, 2005, p. 16).

O *bullying* tornou-se um problema endêmico nas escolas do mundo todo. O abuso de poder, a intimidação e a prepotência são algumas das estratégias adotadas pelos praticantes de *bullying* (os bullies) para impor sua autoridade e manter suas vítimas sob total domínio.

Infelizmente esse contexto não é aplicado apenas às escolas. De acordo com Silva (2004, p. 22), “os ‘valentões’ não estão somente nas escolas, eles podem ser encontrados em qualquer segmento da sociedade.” Para a autora,

Os bullies juvenis também crescem e serão encontrados em versões adultas ou amadurecidas (ou melhor, apodrecidas). No contexto familiar, os bullies crescidos e mais experientes podem ser identificados na figura de pais, cônjuges ou irmãos dominadores, manipuladores e perversos, capazes de destruir a saúde física e mental, a autoestima de seus alvos prediletos. No território profissional, costumam ser chefes ou colegas tiranos, “mascarados” e impiedosos. Suas atitudes agressoras (ou transgressoras) estão configuradas na corrupção, na coação, no uso indevido do dinheiro público, na imprudência arbitrária no trânsito, na negligência com os enfermos, no abuso de poder de lideranças, no sarcasmo de quem se utiliza da “lei da esperteza”, no descaso das autoridades, no prazer em ver o outro sofrer [...] (SILVA, 2004, p. 22).

Dessa maneira, o termo *bullying* pode ser adotado para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, proposital e sistemático inerente às relações interpessoais.

O *bullying*, além de ser uma prática inaceitável nas relações interpessoais, pode levar a quadros clínicos que exijam cuidados médicos e psicológicos para que sejam superados. É importante modificar não apenas a organização escolar, os conteúdos programáticos, os métodos de ensino e estudo, mas, sobretudo, a mentalidade da educação formal. Essas mudanças devem redefinir papéis, funções e expectativas de todas as partes envolvidas no contexto educacional.

O Art. 227 da Constituição Federal diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, online, grifo nosso).

É importante que educadores, gestores, pais e alunos tomem consciência de que é direito de crianças e adolescentes estudarem num ambiente saudável e isto inclui que todos sejam aceitos e respeitados em suas diferenças e, conscientes, trabalhem para que estes direitos sejam garantidos.

Portanto a função da escola diante do *bullying* é reconhecer a existência da problemática e traçar estratégias para eliminá-la. Rolim (2008) destaca também que, mais amplamente e para além das responsabilidades definidas no âmbito das escolas, a preocupação em prevenção ao *bullying* e às formas de violência em geral devem, podem ser pensadas desde os primeiros anos de vida do indivíduo. Dessa forma, a família seria a primeira a se preocupar em transmitir uma cultura de paz. Porém, a escola, a sociedade e o Estado não estão eximidos dessa responsabilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito é inerente ao ser humano. Em todas as sociedades, gerações, épocas ocorrem manifestações de violência. Dessa forma não consiste em uma particularidade excepcional da sociedade contemporânea.

Entretanto diferenças existem em cada geração. A violência muda de expressão segundo as transformações sociais. Assim esta se manifesta na contemporaneidade tomando características da sociedade atual.

Dessa forma, realizar uma explicação sobre violência é de extrema complexidade. Consiste em uma tarefa difícil e complicada. Vários intelectuais, nesta tentativa, se complementam e se contestam.

A violência permanece com suas várias excentricidades, nos seus mais diversos aspectos. Insere-se na sociedade explícita e implicitamente, ela anula, desintegra, limita, humilha, rompe. Dessa forma, a escola sendo um centro de

concentração social e sendo o ambiente da primeira socialização da criança, não está salva deste mal. Pelo contrário, nela encontra-se a emergência das mais diversas fomentações sociais e evidentemente, violências ocorrem neste lugar.

O sistema educacional por se inserir na sociedade e por reproduzir toda a desigualdade presente nela é violento por excelência. A escola é um espaço tradicionalista e a conservação das tradições é a meta da educação.

A própria forma como se dá o método educativo é violento. A partir do instante em que exigências, normas, padrões são impostos aos alunos há um conflito que se define como violento.

O aluno deve conhecer-se como agente do processo educacional. Eles têm direitos, não apenas deveres a cumprir, é sua formação intelectual e moral que está em formação. Assim as leis encontradas dentro do sistema educacional devem ser formuladas por todos que estão envolvidos nesta teia de relações: alunos, professores, organização da escola. A escola tem que ser feita pelo aluno, não apenas para o aluno.

Essa seria uma primeira etapa para se atenuar o conflito violento dentro da escola, reconhecer que os alunos são cidadãos e como tais necessitam de compreender as regras que lhes são impostas. As crianças e adolescentes precisam ter um envolvimento atuante nos seus processos de formação. Eles não são meros receptores de informações, mas sim formadores de suas próprias opiniões.

A violência praticada pelos alunos é, em muitos aspectos, resistência a métodos padronizadores aplicados na escola. Enquanto, normas, regulamentos, punições forem instituídas determinadamente aos alunos, a violência na escola só tende a tomar aspectos de dimensões maiores. Quanto mais se limita a manifestação de vida do aluno na escola, mais a violência aumenta. Quanto mais limitações, grades, proibições são colocadas, mais formas acham de mostrarem-se como agentes sociais. Sendo muitas vezes, através de comportamentos tidos como violentos.

Nas escolas, as relações do dia a dia deveriam traduzir respeito ao próximo, através de atitudes que levassem à amizade, harmonia e integração das pessoas, visando atingir os objetivos propostos no projeto político pedagógico da instituição.

Podemos classificar inúmeras questões que levam a violência para o ambiente escolar. Por exemplo, os mais gerais: diferenças sociais, culturais, psicológicas, e tantas outras como: experiências de frustrações, diferenças de personalidades, competição, etc. Também, podemos enumerar vários tipos, áreas, níveis de violência.

A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade são as propostas em voga de superação da fragmentação do saber. Somente através do diálogo aliado à práxis efetiva é que poderemos amenizar o grau de violência no interior das escolas.

Esse círculo de violência deve ter um olhar mais universal, principalmente, por aqueles que pensam sobre a educação. É necessário ver que a violência contra a instituição escolar, contra colegas e professores e, de certo modo, a violência dos adultos contra as crianças, também, contém elementos de caracterização bem comuns. A não aceitação das diferenças em toda a sua amplitude – se é diferente, é hostilizado, desprezado, humilhado. E quando a vítima reage é violentada.

A não aceitação das diferenças, também, perpassa pela escola como instituição, com seus próprios professores, funcionários e com os próprios alunos. Essa uniformização, isto é, uniformizar o diferente, é feita com violência – em todos os casos. E esse comportamento institucional, gera violência.

A escola é o primeiro ambiente social que a criança experimenta, antes disso, ou seja, na socialização primária se restringe a família, igrejas, vizinhos, enfim, um circuito bastante restrito. É na escola, aonde ele vai, realmente, experimentar um ambiente social – lá ele vai aprender a conviver com as diferenças e constituir um ser para si. Esse ser é para a sociedade.

Por isso, a urgência que se tornou essencial hoje – e que muitos não percebem – é tratar a violência na escola como um trabalho de lucidez quanto ao que estamos fazendo com nosso presente, mas, sobretudo, com o que nele se planta e define o rumo futuro. Para isso, é preciso renovar nossa capacidade de diálogo e propor um novo projeto de sociedade no qual o bem de todos esteja realmente em vista.

Para um futuro melhor, é preciso estabelecer uma educação diferente, voltada para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos, que sejam

capazes de se unirem contra um sistema opressor e de respeitarem os direitos uns dos outros, fazendo surgir uma sociedade justa e ética.

A educação existe de várias formas, e é praticada em diferentes situações que se não forem bem definidas objetivamente torna-se sem valor. Ela se dá através das experiências de vida em diferentes situações de trocas entre as pessoas, envolve trocas de símbolos, bens, poderes e crenças. Nesse sentido, percebe-se que o ensino formal não é suficiente, a escola tem que considerar as formas livres, familiares e comunitárias de educação, pois as diferentes práticas educativas influenciam no desenvolvimento das crianças.

O fortalecimento relação escola-família, é uma forte aliança na luta por uma educação de qualidade. Porém precisamos pensar qual a qualidade que exigiremos dessa educação, uma educação para o trabalho técnico e alienante, ou uma educação com qualidade formadora e libertadora?

Para diminuirmos os altos índices de violência na escola e na sociedade geral, urge nos libertarmos da lógica do consumo e exigirmos uma educação que forme nossos cidadãos em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**: versão resumida. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2003.

ALMEIDA, Lenildes Ribeiro Silva. Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução”. **Inter-Ação**: Revista da Faculdade de Educação, Joãoia, v. 30, n. 1, p. 139-155, 2005.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: CFESS – GT de Educação. (Org.). **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2012.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 set. 2012.

FANTE, Cleo. **Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campina: Verus, 2005.

FERRARI, Dalka Chaves deAlmeida. Visão histórica da infância e a questão da violência. In: _____.; VECINA, Tereza Cristina Cruz. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Agora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários á prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **A dinâmica da violência escolar, conflito e ambiguidade**. Campinas: Autores associados, 1996.

KRUG, Etienne G. et al. (Ed). **Relatório Mundial sobre a violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MEDEIROS, Regina. (Org.). **A escola no singular e plural**: um estudo sobre violência e drogas nas escolas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília, DF: Opas : UNDP : Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

PAULO NETTO, José. **Ditadura de Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme de Assis. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, esp. p. 763-785, out. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0728100.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2012.

ROLIM, Marcos. **Bullying**: o pesadelo da escola um estudo de caso e notas sobre o que fazer. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Raiva e revolta em educação**. Ilustradora Ana Deatriz Linardi. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina & violências nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Artigo recebido em: 23/09/2013.

Aprovado em: 01/03/2014.